



[Handwritten signature]



Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Relatório Final

Projeto: Inovação na Gestão Pública e Relações Intergovernamentais

Orientador: Regina Monteiro Pacheco

Bolsista: Ivan C. Salomão

Período: Agosto/2006 – Julho/2007

Sumário

Introdução.....	3
Revisão da literatura.....	4
Programas do Governo Federal	6
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	7
Programa Saúde da Família (PSF)	8
Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).....	10
Programa Gestão Pública e Cidadania	12
Ciclo de Premiação 1996	13
Ciclo de Premiação 1997	16
Ciclo de Premiação 1999	17
Ciclo de Premiação 2000	20
Ciclo de Premiação 2001	22
Ciclo de Premiação 2002	24
Ciclo de Premiação 2003	26
Ciclo de Premiação 2004	29
Ciclo de Premiação 2005	34
Conclusões.....	38
Bibliografia	39

Introdução

Esta pesquisa teve por objetivo estudar experiências recentes de articulação intergovernamental no Brasil, confrontando-as com a literatura sobre o tema. Foram estudadas experiências concretas baseadas na relação Município – União, para discutir, a partir delas, os papéis efetivamente desempenhados por cada esfera de governo.

As experiências levantadas foram divididas em dois grupos. Fazem parte do primeiro as originárias de programas federais e que foram, posteriormente, aplicadas por governos subnacionais. O segundo grupo é composto por experiências que partiram de iniciativas dos governos locais e buscaram articulação com esferas superiores de governo, neste caso, a União.

No primeiro capítulo, foram analisadas as opiniões de alguns autores sobre o determinado tema à luz das experiências estudadas, como Marta Arretche e Marcus Melo.

No capítulo dois, delineou-se em linhas gerais o funcionamento de três importantes programas federais que contam com a participação efetiva dos municípios: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa de Saúde da Família (PSF).

Estes três programas foram escolhidos em razão do sucesso alcançado não apenas no processo de articulação do governo federal com os municípios, mas também em função da eficácia e efetividade de suas ações tendo-se em vista os propósitos para os quais foram criados. Além disso, são programas que incorporaram algumas iniciativas municipais premiadas pelo Programa Gestão Pública e Cidadania, de modo que a articulação entre as duas esferas de governo podem ser melhor analisadas no capítulo seguinte.

O quarto capítulo apresenta as experiências cujas origens remontam às administrações municipais. Dentre as quase 200 experiências premiadas pelo Programa Gestão Pública e Cidadania nos seus dez anos de existência, foram selecionadas as 17 em que foi estabelecida a relação Município – União sem a intermediação dos Governos Estaduais. Além de sistematizadas todas as dezessete experiências, foram utilizados questionários respondidos pelos representantes de oito experiências a fim de se analisar a continuidade dos programas ao longo das diferentes gestões municipais.

Nos últimos capítulos são apresentadas a conclusão do trabalho e a bibliografia utilizada.

Revisão da literatura

Há consenso entre os autores de que a descentralização política opera no sentido de potencializar o poder de veto das minorias, pois dispersa a autoridade. Ou seja, restringem a possibilidade de mudanças justamente pela maior capacidade que as minorias possuem em termos de representatividade.

Nos Estados federalistas, os diferentes níveis de governo (locais e central) intervêm com maior liberdade na alçada de atuação do outro, gerando conflitos entre programas de governo e políticas públicas. Segundo Pierson e Leibfried, a dispersão de autoridade tende a nivelar as deliberações políticas “por baixo”. Ou seja, ao se respeitar as individualidades regionais dentro de um contexto conjunto, seriam geradas distorções no todo final, já que a União deve, em determinado sentido, submeter-se à agenda da política local.

No Brasil, o Congresso Nacional e os governos locais acumularam muito poder com a Constituição de 1988, tornando-se jogadores decisivos nas decisões políticas do governo central. Dessa forma, o governo federal se encontra imobilizado em determinadas áreas em que estes *players* exercem poder de veto decisivo. Entretanto, em quatro áreas de política social, o governo federal impôs-se sobre as administrações locais: educação fundamental, saúde, habitação e saneamento.

O ponto de inflexão nas políticas de habitação e saneamento, por exemplo, ocorreu sob o governo FHC. No governo militar, a gestão da política de saneamento básico e habitação social era estatal e centralizado. Havia uma agência federal que controlava toda a política e arrecadava dos recursos do FGTS.

As reformas levadas a cabo neste período buscavam descentralizar a gestão dos recursos, abrindo espaço para a atuação da iniciativa privada, visando reduzir a corrupção e ineficiência deste modelo anterior. Outra importante medida foi delegar aos governadores de estado maior autonomia na decisão de alocação dos recursos do FGTS.

O texto de Marta Arretche demonstra como a concentração de autoridade política varia de acordo com a área de atuação governamental. Segundo a autora, a Constituição de 1988 instituiu um sistema legal de repartição de receitas que limita a capacidade de gasto do governo federal.

Atualmente, a arrecadação tributária é muito concentrada, de modo que, em 2002, 70% do total da arrecadação tributária foi feita pelo Governo Federal, 25% pelos Estados e o restante (aproximadamente 4%), pelos Municípios. Além desta assimetria

vertical no processo arrecadatário, há também expressiva desigualdade horizontal, entre as unidades da Federação e também entre os municípios, na capacidade de arrecadação.

Receitas provenientes das transferências constitucionais podem ser gastas de maneira bastante autônoma pelos governos subnacionais. Entre os municípios com menos de 5.000 habitantes, estima-se que 91% de suas receitas sejam fruto destas transferências (Gomes; MacDowell, 1997), de modo que, quanto menor o município, maior a disponibilidade de recursos per capita com liberdade alocativa. O mesmo vale para os Estados. Ou seja, a autonomia política e fiscal dos governos estaduais e municipais permite que estes adotem uma agenda própria, independente da agenda do Executivo federal.

Contudo, a política de saúde pública é uma área em que a União, através do Ministério da Saúde, exerce grande influencia sobre as ações dos Estados e Municípios. Isso ocorre em função da forte dependência de recurso e das regras definidas pelo Ministério. Já com a educação básica ocorre exatamente o contrário. É delegada aos estados e municípios a responsabilidade por estágio da educação permite a estas esferas de governo agirem com maior autonomia, já que os recursos repassados são garantidos por preceitos constitucionais.

Programas do Governo Federal

Os três programas federais abaixo sumarizados ilustram a articulação entre a União e prefeituras municipais em programas criados pelo governo federal. Além do aporte de recursos, a União também participa da coordenação dos programas, mas são delegadas aos governos locais atividades relevantes de operacionalização e gestão.

Estes programas incorporaram algumas experiências de âmbito local premiadas pelo Programa Gestão Pública e Cidadania apresentadas e, desta forma, constam no capítulo 4 informações complementares a respeito das mesmas. Os programas federais selecionados foram: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Saúde da Família (PSF).

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O PETI é um programa de transferência de renda do governo federal para famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce. Seu objetivo é erradicar o trabalho infantil considerado degradante. Para isso, o PETI concede uma bolsa às famílias (de R\$ 40, para as residentes na área urbana e de R\$ 25 para as que vivem na zona rural) para substituir a renda que ganhavam trabalhando. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los freqüentar a jornada ampliada, além de obrigá-los a abandonar o trabalho.

Seu público-alvo é formado por famílias com crianças e adolescentes na faixa etária dos 7 aos 15 anos envolvidos em atividades consideradas como as piores formas de trabalho infantil. Entre elas, podem ser citadas as atividades em carvoarias, olarias, no corte de cana-de-açúcar, nas plantações de fumo e lixões.

Além da bolsa, o Programa repassa às prefeituras o valor de R\$ 20, para as crianças das áreas rurais, e de R\$ 10, para as de áreas urbanas, em nome da chamada Jornada Escolar Ampliada, que proporciona o desenvolvimento, em período extracurricular, de atividades de reforço escolar, alimentação, ações esportivas, artísticas e culturais. O PETI ainda prevê o repasse de recursos aos municípios, para que as famílias inscritas sejam contempladas com ações de geração de renda, consolidando ainda mais a erradicação do trabalho infantil.

Funcionamento do Programa

Os estados realizam levantamento dos casos de trabalho infantil que ocorrem em seus municípios e repassam ao Ministério do Desenvolvimento Social a relação nominal das crianças e adolescentes a serem atendidos. Os municípios, além de todas as ações de controle, são responsáveis pelas seguintes tarefas:

- Inserir as famílias no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal;
- Estruturar os espaços físicos para a execução da jornada ampliada;
- Selecionar, capacitar e contratar os monitores que trabalharão na jornada ampliada;
- Viabilizar a documentação das famílias que serão atendidas;
- Disponibilizar transporte para as crianças e adolescentes, principalmente as que se encontrarem em área rural.

Programa Saúde da Família (PSF)

O Programa Saúde da Família, criado pelo do Ministério da Saúde em 1994, tem por objetivo final aproximar a população mais carente de um dos principais serviços públicos prestados pelo Estado.

A atuação do PSF está concentrada nas ações das equipes de saúde que, ao estabelecerem um vínculo com a população, tornam-se, muitas vezes, o único contato que estas pessoas mantêm com um agente público. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma determinada área.

As equipes, que atuam especialmente na prevenção de doenças, mas também agem na recuperação e reabilitação de enfermidade menos complexas, são compostas por: um médico, dois enfermeiros e seis agentes comunitários de saúde, mas em determinados casos ainda podem contar com um dentista e dois auxiliares.

A execução do PSF é compartilhada por estados e municípios. De acordo com o Departamento de Atenção Básica, órgão do Ministério da Saúde ao qual o programa está vinculado, as responsabilidades de cada uma das esferas de governo podem ser resumidas da seguinte maneira:

Federal

- Elaborar as diretrizes da política nacional de atenção básica;
- Prestar cooperação técnica às demais esferas de governo na implementação e organização da estratégia de atuação;
- Co-financiar o sistema de atenção básica;
- Propor mecanismos para a programação, controle, regulação e avaliação da atenção básica
- Manter as bases de dados nacionais.

Estadual

- Acompanhar a implantação e execução das ações de atenção básica em seu território;
- Regular as relações inter-municipais;
- Coordenar a execução das políticas de qualificação de recursos humanos em seu território;
- Co-financiar as ações de atenção básica;

- Auxiliar na execução das estratégias de avaliação da atenção básica em seu território.

Municipal

- Definir e implantar o modelo de atenção básica em seu território;
- Contratar o trabalho em atenção básica;
- Manter a rede de unidades básicas de saúde em funcionamento (gestão e gerência);
- Co-financiar as ações de atenção básica;
- Alimentar os sistemas de informação;
- Avaliar o desempenho das equipes de atenção básica sob sua supervisão.

Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)

O Pronaf é um programa de apoio ao desenvolvimento rural cujo principal objetivo é o fortalecimento da agricultura familiar como segmento de geração de emprego e renda através do aumento e da diversificação da produção.

As principais atividades promovidas pelo Pronaf são: financiamento da produção da agricultura familiar (por meio do crédito rural) e da infra-estrutura e serviços públicos nos municípios, negociações de políticas públicas com órgãos setoriais e a profissionalização dos agricultores familiares.

O objetivo das negociações de políticas públicas é articular os órgãos dos governos municipais, estaduais e federal para que sejam adotadas medidas que atendam à realidade da agricultura familiar.

O financiamento da produção é destinado ao custeio e aos investimentos necessários para o bom desenvolvimento das atividades produtivas. Sua operacionalização é executada pelos agentes financeiros credenciados. Já o financiamento em infra-estrutura, realizado em parceria com os governos municipais e estaduais, são utilizados para a implementação das prioridades do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, nas áreas de serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

A gestão do Pronaf conta com uma participação importante dos governantes municipais – como no caso do Garantia-Safra, plano em que a prefeitura municipal fica a cargo das despesas de atendimento ao agricultor familiar do semi-árido em caso de perda de safra devido à seca – o que permitiu que os agricultores e suas famílias viessem a se tornar os verdadeiros atores do programa, pois são os próprios beneficiados que geram as suas demandas e soluções.

De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram estes alguns dos números do Pronaf e da agricultura familiar para o ano de 2005:

- R\$ 5,4 bilhões de crédito para financiamento da produção;
- R\$ 2,4 bilhões em renegociação de dívidas de agricultores familiares, beneficiando 1.400.000 contratos;
- 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o equivalente a 84% dos imóveis rurais do Brasil;

- De cada dez trabalhadores do campo, cerca de oito estão ocupados em atividades familiares;
- Quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária vêm da agricultura familiar; ou cerca de R\$ 57 bilhões neste ano;
- De todos os alimentos consumidos pelo País, a agricultura familiar produz:
 - Quase 70% do feijão
 - 84% da mandioca
 - 58% da produção de suínos
 - 54% da bovinocultura de leite
 - 49% do milho
 - 40% de aves e ovos.

Programa Gestão Pública e Cidadania

Dentre as quase 200 experiências premiadas pelo Programa Gestão Pública e Cidadania nos seus dez anos de existência, foram selecionadas as 17 em que foi estabelecida a relação Município – União sem a intermediação dos governos estaduais. As prefeituras municipais foram as responsáveis pela elaboração dos projetos, mas a execução programática e/ou financeira dos mesmos foi realizada em parceria com o governo federal.

Além de sistematizadas todos os dezessete programas, foram analisados os questionários respondidos pelos representantes de sete experiências em 2006, em razão da comemoração dos dez anos de premiação, a fim de se averiguar como se deu a continuidade dos programas no decorrer das diferentes gestões municipais que se seguiram àquelas que os criaram.

Ciclo de Premiação 1996

1. Experiência: Programa de Saúde da Família de Londrina

Instituições: Prefeitura Municipal de Londrina e Ministério da Saúde

Resumo: o município de Londrina, interior do Paraná, é considerado um centro de referência médica e de procedimentos diagnósticos desde a década de 70, quando foi implementado o curso de medicina na Universidade Estadual de Londrina. A rede municipal vinculada ao SUS oferece procedimentos de complexidade variada. Mas apesar desta posição relativamente confortável em termos de saúde pública, a Prefeitura Municipal de Londrina foi uma das pioneiras a implementar o Programa de Saúde da Família no país.

O projeto que ficou popularmente conhecido como “médicos da família” foi concebido pelo Ministério da Saúde com o intuito de se estender por todo o país. Entretanto, algumas especificidades conferem ao programa implementado pela Prefeitura uma posição de destaque que merece análise individual, a despeito de várias outras experiências exitosas Brasil afora.

Em primeiro lugar, a autonomia dada aos responsáveis pelo planejamento das medidas que viriam ser adotadas permitiu que a equipe concentrasse seus primeiros esforços no cadastramento da população local, facilitando o direcionamento inicial das intervenções. Londrina faz parte de um grupo de 113 municípios que são considerados gestão semiplena, ou seja, o controle de todas as ações e serviços de saúde já foi repassado pelo governo federal à responsabilidade do município. Há, portanto, autonomia para execução e para financiamento, já que os recursos repassados pelo governo federal chegam ao município sem o intermédio do governo estadual, sendo, portanto, a Prefeitura o agente que estabelece as prioridades.

Além de definir as diretrizes gerais do programa, o Ministério da Saúde disponibilizou os recursos para a compra dos primeiros equipamentos e veículos. O custo do programa (R\$ 727.015,00 em 1996) é quase que integralmente pago pela Prefeitura Municipal, com repasse de aproximadamente dois terços deste valor pelo Ministério da Saúde. O programa tinha por meta atingir uma população de 20 mil pessoas no ano de 1997, já que, ao invés de o indivíduo procurar o programa, é o programa que procura o indivíduo, processo facilitado pelo cadastramento prévio das famílias.

O acompanhamento médico é feito pelo grupo técnico de acompanhamento, através de reuniões periódicas e visitas aos distritos, equipes estas compostas por médicos, enfermeiros, auxiliar de saúde e de enfermagem, entre outros profissionais. A simples implementação de uma equipe de atendimento à saúde em uma localidade em que não havia nenhum médico resume o forte impacto do projeto junto às populações mais carentes.

Visando as ações de promoção de saúde e de prevenção de doenças, o Programa de Saúde da Família atua fora do consultório médico, em áreas antes desatendidas e de forma inovadora. Além disso, o contato dos agentes públicos com a população estimulou a comunidade a participar de maneira mais efetiva da discussão conjunta das prioridades do município.

2. Experiência: Reforma agrária municipalizada: Pólo de Produção Agroflorestal de Rio Branco

Instituições: Ministério do Meio Ambiente, SUDAM e Prefeitura Municipal de Rio Branco

Resumo: a crise das últimas décadas do extrativismo da borracha e da castanha-do-Brasil no Acre forçou muitas famílias de seringueiros a abandonarem o meio rural em direção à capital do Estado, Rio Branco.

Diante do inchaço das periferias agravado pela migração, a prefeitura municipal criou o programa para facilitar a volta dos ex-seringueiros e ex-agricultores ao campo que assim o desejassem. Além disso, o programa visava de criar uma alternativa para o abastecimento de alimentos para a cidade, já que cerca de 80% deles vinham de fora do Estado. Este segundo propósito do programa seria alcançado através dos lotes de terra de até 5 hectares distribuídos a estas famílias, nos quais seriam produzidos frutos, hortaliças e carne.

A etapa mais importante do programa, segundo os próprios gestores municipais, é o processo de seleção das famílias, a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura. Isso porque famílias que antes nem se conheciam passariam a trabalhar juntas em mutirão. A preferência seria dada àquelas que migraram para Rio Branco e que residissem nos bairros mais pobres da cidade.

Em um primeiro momento, a prefeitura comprou uma fazenda de 210 alqueires, instalou toda a infra-estrutura para e distribuiu o kit do agricultor, com ferramentas, sementes, mudas e animais para que as famílias pudessem começar a trabalhar. A construção das casas e dos galpões foi feita em mutirão. Além disso, a prefeitura disponibilizou dois técnicos e uma veterinária para acompanhamento das primeiras 50 famílias. Hoje, mais de 200 famílias já foram assentadas em 5 pólos agroindustriais.

O financiamento do projeto ficou a cargo da prefeitura municipal e do Ministério do Meio Ambiente. Recursos da extinta SUDAM foram usados apenas para a aquisição das terras do primeiro pólo e equipamentos. Em agosto de 1996, o projeto ainda dependia de recursos financeiros da prefeitura, pois cada família ocorria em gastos de R\$ 2.300, valor que a receita da produção ainda não alcançava.

Ciclo de Premiação 1997

3. Experiência: Programa de Agentes Comunitários de Saúde de Alcantil (PB)

Instituições: Secretaria Municipal de Saúde de Alcantil e Ministério da Saúde.

Resumo: a Secretaria Municipal de Saúde do recém criado município de Alcantil, interior da Paraíba, abraçou o Programa de Agentes Comunitários de Saúde como prioridade para o município. O programa, patrocinado pelo Ministério da Saúde e criado em 1992, consiste em incentivar a criação de novos hábitos em relação aos costumes de alimentação e ao trato da saúde, procurando prevenir doenças e eliminar a desnutrição entre crianças.

A proposta está baseada no acompanhamento periódico, por parte dos agentes, do desenvolvimento das crianças, desde o nascimento até 5 anos de idade. Nos casos de problemas não solucionados pelos próprios agentes, a ordem é de encaminhar a população aos postos de saúde. Lá, também são realizadas reuniões sobre temas específicos, a fim de esclarecer os cidadãos menos instruídos a respeito de cuidados básicos de saúde.

A despeito da generalização nacional das propostas do programa, o município de Alcantil reserva uma especificidade ao seu público-alvo: a multimistura administrada periodicamente a crianças que apresentam casos graves de desnutrição. O município desempenha um papel fundamental no funcionamento do programa, uma vez que é neste plano que o trabalho é organizado. A distribuição sistemática e periódica da multimistura, por exemplo, é feita somente neste município. Além disso, todo o mapeamento das famílias atendidas foi realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Há ainda uma avaliação de desempenho de cada agente, de modo que o controle por parte da população se torna muito mais eficiente justamente pela proximidade do servidor municipal com a população, contato de extrema importância para que sejam diagnosticadas as principais carências da população.

O papel do Ministério da Saúde não se restringe a financiar os custos do programa, estimados em R\$ 33,20 per capita/ano, para 1996. Através de sistema de informação – Datasus - o Ministério organiza as informações básicas a respeito do programa, como cadastro das famílias, resultados alcançados e dispêndios financeiros realizados.

Ciclo de Premiação 1999

4. Experiência: Projeto de Ações Integradas nas Olarias de Teresina (PI)

Instituições: Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente de Teresina e Ministério da Previdência e da Assistência Social

Resumo: segundo um levantamento feito em 1997 pela Prefeitura de Teresina, havia 236 crianças trabalhando em olarias de fabricação de tijolos na capital piauiense. Considerado um trabalho degradante, este tipo de atividade envolvia cerca de 200 famílias de baixa renda e escolaridade.

Em resposta a estes problemas, a Prefeitura Municipal criou o PAI, Projeto de Ações Integradas, com o objetivo de intervir nas empresas de fabricação de tijolos do município. Além de procurar afastar as crianças do trabalho, através da concessão da bolsa-cidadã, no valor de R\$ 60,00, o PAI as incentiva a voltar para a escola.

O programa atua em duas frentes distintas: assistência e proteção. Para a primeira, as crianças contam com atividades como as da Brinquedoteca, em que participam de atividades de cunho lúdico-pedagógico, e da Casa Criança cidadã, aonde recebem atendimento médico, odontológico e de assistência social. A atuação de proteção prevê o monitoramento das olarias, para se certificar de que as empresas não estão contratando trabalho infantil, e o acompanhamento das famílias, com o intuito de verificar a frequência escolar das crianças.

A exploração das crianças se dá com a convivência dos pais, que as colocam nesta atividade para ajudar a reforçar o orçamento familiar. Além da necessidade econômica, a tradição segundo a qual os filhos deviam ter a mesma profissão de que seus antepassados os incentiva a empregar seus filhos sob condições tão degradantes.

Em um primeiro momento, 115 crianças foram beneficiadas pela bolsa-cidadã. Em 1999, o orçamento do PAI era de R\$121.900,00. Desse montante, o governo federal contribuía com 65,6% – por meio de repasse da Secretaria de Assistência Social (53,3%) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (12,3%), 18,1% provinha do Unicef e 16,4% eram recursos da Prefeitura.

No ano de 2000, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Ministério da Previdência e Assistência Social, englobou o Projeto PAI. A incorporação ao PETI não implicou mudanças na concepção do projeto, uma vez que o programa federal

recomenda a realização das mesmas atividades sócio-educativas (profissionalização, atividades esportivas, culturais etc.) que a experiência de Teresina já executava.

O convênio com o governo federal foi estipulado por um período de quatro anos e substituiu o financiamento do Unicef, que era anual. Dessa forma, todas as crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto PAI continuam a receber uma bolsa. A nova configuração do projeto inclui também o pagamento de uma complementação para as instituições parceiras, que oferecem cursos profissionalizantes, no valor de R\$ 10,00 por aluno.

Continuidade:

Após a incorporação do programa pelo PETI, do governo federal, o Ministério do Desenvolvimento Social passou a ser o responsável pelo financiamento do projeto. O governo estadual ficou a cargo das atividades de controle e monitoramento. Ao município, coube definir as diretrizes do programa, com base nas recomendações norteadoras do programa federal.

5. Experiência: Projeto Escola Família Agroindustrial de Turmalina (MG)

Instituições: Secretaria Municipal de Educação de Turmalina (MG) e Ministério da Educação

Resumo: grande parte da população de Turmalina reside na zona rural, em pequenas propriedades subsistentes. As dificuldades econômicas por que passavam estas famílias as compeliavam a abandonar o campo rumo às cidades da região. Assim que assumiu a gestão, em 1997, a prefeitura municipal estabeleceu como um de seus objetivos o estímulo à pequena produção e à permanência do trabalhador em suas propriedades. Foi neste contexto que surgiu a Escola Família Agroindustrial de Turmalina (EFAT).

Localizada em uma área na periferia da cidade, a escola atende 166 alunos em regime de alternância. Durante 15 dias de cada mês, os alunos ficam na escola. Na outra quinzena do mês, voltam para casa, onde podem ajudar suas famílias, repassando atividades desenvolvidas na EFAT e realizando tarefas que lhes foram atribuídas para serem feitas com a ajuda da família.

Além das disciplinas, os alunos participam da produção da EFAT, que é dividida nos setores de agricultura, horticultura, viveiro, apicultura, cunicultura, caprinocultura, suinocultura, avicultura, panificação, fruticultura e culinária. Também são oferecidos cursos de informática, cultivo de quintais, bordado, corte e costura, arte circense, teatro e manicura.

Para pagamento e contratação de professores, o município conta com verbas do orçamento municipal e com recursos do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). No que se refere à alimentação dos alunos, a Escola Família articula-se ao programa de reforço alimentar da prefeitura de Turmalina que, para isso, conta com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do governo federal. Além dos custos assumidos pela prefeitura, a Escola Família Agroindustrial conta ainda com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na ordem de R\$ 2.600,00 anuais.

Algumas dessas atividades possibilitam aos alunos e a suas famílias uma renda extra, como é o caso do bordado, corte e costura e da própria agricultura, fortalecendo os vínculos destes agricultores com o campo, o que os desincentiva a migrar para centros urbanos.

Ciclo de Premiação 2000

6. Experiência: Escolas Rurais Construindo o Desenvolvimento Local, Vicenza (PE)

Instituições: Secretaria de Educação de Vicência e Ministério da Previdência e Assistência Social.

Resumo: o município de Vicenza, a 87 km do Recife, resume as condições de carência social e econômica em que se encontram centenas de outras cidades do interior nordestino. A principal atividade econômica da região é, desde a época da colonização, a monocultura de cana-de-açúcar. Uma recente crise no setor resultou na demissão de 4.000 trabalhadores rurais, agravando ainda mais o cenário econômico da região.

Diante desta realidade insólita, a gestão que assumiu a Prefeitura Municipal em 1997 decidiu focar suas políticas de combate à pobreza na educação. Em 1999, a Secretaria Municipal de Educação implementou o Projeto Escolas Rurais Construindo o Desenvolvimento Local, com o objetivo de utilizar a educação como instrumento de resgate da cidadania. Um ano antes, Vicenza já havia sido incluída na lista dos municípios beneficiados pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do governo federal. A verba destinada às famílias cadastradas foi fundamental para que o projeto municipal avançasse.

A Secretaria Municipal de Educação e de Assistência Social passou, então, a promover encontros com as mães dos alunos que integravam o PETI, a fim de ressaltar a importância da participação dos pais para o sucesso do projeto Escolas Rurais Construindo o Desenvolvimento Local.

O principal objetivo do projeto, segundo os próprios gestores, é “tornar a escola um centro de produção de conhecimento que contribua para o desenvolvimento local”. A escola, além de disseminar informações e conhecimento, passou a estimular a organização das comunidades rurais em conselhos escolares e outras formas de associação. Os alunos passaram a levar para dentro de suas casas novos tipos de preocupações até então desconhecidas de seus pais, como fontes alternativas de rendas, recursos materiais e humanos, a gestão da família e a ocupação da terra.

Não apenas os recursos, mas também a estrutura trazida pelo PETI foram fundamentais para o êxito do programa municipal. A articulação com um outro projeto da Prefeitura (Programa Voando com Vicenza, em alusão à plataforma de vôo livre da Serra de

Jundiá, atração turística da região) determinou a integração e a parceria entre as duas esferas de governo.

As escolas rurais de Vicenza deixaram de ser vistas como um simples local de transmissão de conhecimento para serem reconhecidas como um espaço de transformação social. A idéia de participação popular e de democracia constituiu um grande avanço em busca do desenvolvimento sustentável do município.

Ciclo de Premiação 2001

7. Experiência: Projeto Cidadão do Futuro, Lagarto (SE)

Instituições: Secretaria do Trabalho e Ação Social do Município de Lagarto e Ministério da Previdência e Assistência Social

Resumo: a realidade do trabalho infantil se faz ainda mais presente na zona rural, como no caso do município de Lagarto, interior de Sergipe, onde 60% da população vive no campo. Muitas crianças eram obrigadas a trocar os estudos pelas tarefas na colheita de laranja, nas casas de farinha etc. Para coibir essa prática, a Secretaria do Trabalho e Ação Social criou o Projeto Cidadão do Futuro, que faz parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do governo federal.

O Projeto beneficia crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, cujas famílias tenham renda per capita de até meio salário mínimo. O objetivo do projeto é manter a criança o maior tempo possível dentro da escola, de maneira a impedi-la de voltar ao trabalho. No período da manhã, as crianças freqüentam as aulas normalmente, e à tarde, desenvolvem atividades desportivas e de recreação. Além disso, as famílias recebem assistência médica, odontológica, psicológica, alimentar e jurídica, além de receberem uma bolsa de R\$ 40,00 por criança, se moradora da zona urbana, e de R\$ 25,00, caso viva na zona rural.

O Ministério da Previdência e Assistência Social repassa à Prefeitura Municipal o valor de R\$ 20 por criança residente na zona urbana (ou R\$ 10, por aquelas que moram no campo), além de toda a verba destinada ao pagamento das bolsas às famílias, em um montante de R\$ 276 mil, que somado aos R\$ 121 mil gastos pelo município, totaliza o orçamento anual de R\$ 397 mil do Projeto. O governo Municipal é responsável por planejar e executar as ações, fornecendo espaço físico, funcionários e equipamentos. Mais do que as refeições fornecidas ou a bolsa concedida às famílias beneficiadas, o projeto devolve às crianças a possibilidade de sonharem com um futuro mais digno.

8. Experiência: Programa Nazareno Verde, Nazareno (MG)

Instituições: Prefeitura Municipal de Nazareno e Ministério do Meio Ambiente

Resumo: a má utilização dos recursos naturais pode trazer conseqüências danosas ao meio ambiente e ao ser humano não apenas no longo prazo, mas também em um breve espaço de tempo, como no caso de Nazareno, no interior mineiro. As voçorocas, grandes fendas abertas no solo que trazem prejuízo a todo o ambiente que as cercam, surgiam nos campos da região sem que a população se preocupasse com os seus efeitos. Diante desta realidade, a Prefeitura Municipal de Nazareno criou o Programa Nazareno Verde, cujas medidas envolviam a realização de cursos e palestras e a implementação de uma educação ambiental popular, integrando, assim, toda a comunidade no combate ao problema. Além disso, o projeto de Controle e Estabilização de Voçorocas busca difundir aos agricultores da região técnicas simples de conservação dos recursos naturais, de modo a minimizar os problemas da erosão, utilizando, como exemplo, uma enorme voçoroca que se abriu em uma das entradas da cidade.

As escolas municipais também participam do programa. Envolvidas com a questão o lixo, lançaram o Movimento Cidade Limpa, no qual os estudantes realizaram uma caminhada pela cidade, cantando e varrendo simbolicamente as ruas, além de promoverem um concurso em que seria homenageada a rua mais limpa de Nazareno.

O programa estabeleceu parceria com diversas entidades, principalmente com aquelas ligadas à pesquisa, como a Universidade Federal de Lavras, as Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG). Entretanto, a participação do governo federal foi fundamental para que o programa saísse do papel. Através do Fundo Nacional do Meio Ambiente, o Ministério do Meio Ambiente aportou os recursos necessários para que as ações fossem executadas.

Continuidade:

O governo federal passou a contribuir apenas com o financiamento, através do Ministério do Meio Ambiente. Tanto a metodologia de funcionamento do programa quanto a definição dos resultados a atingir são feitas pela prefeitura municipal de Nazareno e pelos parceiros das cidades vizinhas.

Ciclo de Premiação 2002

9. Experiência: Formação de Parcerias e Geração de Renda nas Comunidades Rurais de Lontras (SC)

Instituições: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente de Lontras, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura do Governo do Estado e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf).

Resumo: a economia rural do município de Lontras (SC) está baseada em pequenas propriedades, em que a mão-de-obra familiar é largamente utilizada e onde são cultivados diversos produtos, principalmente os de subsistência alimentar, sendo que as atividades geradoras de renda são poucas e instáveis.

Além disso, as condições naturais pouco favorecem os agricultores locais: apenas um quinto da terra é plana e o solo é considerado pobre, a despeito da abundância das chuvas. Neste contexto, a utilização de recursos técnicos, como máquinas, equipamentos e instalações era condição *sine qua non* para a sobrevivência econômica destes pequenos produtores rurais.

Alguns destes recursos podiam ser encontrados nos galpões da Prefeitura Municipal, mas eram subutilizados. A dificuldade que os agricultores tinham de se deslocar até a Prefeitura desencorajava muitos deles, pois além de perderem um valioso dia de trabalho, nem sempre havia a possibilidade de o maquinário estar disponível no momento adequado para cada um. Todos estes problemas levaram os agricultores de Lontras a uma situação de empobrecimento e marginalização, incentivo para o êxodo rural e uma barreira para o desenvolvimento do município.

Diante deste quadro, um grupo de técnicos municipais e estaduais se mobilizou e formulou o programa de Formação de Parcerias e Geração de Renda nas Comunidades Rurais, criando um espaço de diálogo entre o poder público e os agricultores.

Dentre os diversos benefícios que a criação do programa trouxe ao município, um dos mais importantes foram o de delegar as decisões ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e aos agricultores. Questões como a aplicação dos recursos repassados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o uso dos recursos públicos, dos equipamentos da Prefeitura e os investimentos no campo passaram a ser discutidas e deliberadas pelos próprios agricultores.

As exigências que o Pronaf impõe aos municípios beneficiados, como um plano municipal de desenvolvimento rural com a participação da comunidade, estimularam os agricultores a se organizarem e transformou o Conselho em um fórum democrático e atuante. O CMDR era composto pelos presidentes das associações comunitárias e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, pelo prefeito do município, pelo presidente da Câmara Municipal, por um representante da Epagri e por dois representantes dos jovens rurais, eleitos pelas associações.

As decisões seguintes, tomadas de forma democrática, visavam a melhoria das condições de trabalho no campo: aquisição de novos equipamentos (como três novos tratores, sendo as associações e os agricultores os responsáveis pela sua utilização e manutenção), insumos para aumentar a qualidade dos produtos, entre outras.

Além da democratização nas decisões tomadas pelo do poder público, outro importante resultado dessa reformulação na gestão dos recursos municipais direcionados à agricultura foram os investimentos realizados. Em diversas parcerias, a Prefeitura criou palcos e mecanismos através dos quais os produtos dos agricultores de Lontras foram valorizados, como a Casa do Mel (local de beneficiamento e armazenamento do mel bruto), a Feira do Peixe Vivo, a construção de um galpão para um melhor beneficiamento das cebolas e dos grãos, a compra de treze refrigeradores para os produtores de leite, entre diversas outras medidas.

Ciclo de Premiação 2003

10. Experiência: Programa de Manejo Agroambiental em Microbacias do Rio Jiquiriçá, Lajeado do Tabocal (BA)

Instituições: Prefeitura Municipal de Lajeado do Tabocal e Ministério do Meio Ambiente

Resumo: as técnicas de irrigação rudimentares utilizadas pelos agricultores de Lajeado do Tabocal, município situado às margens do rio Jiquiriçá, no centro-sul baiano, causavam problemas de erosão e de obstrução das vias de escoamento da água da chuva.

Visando proteger a região de um processo iminente de desertificação, a Prefeitura Municipal criou o Programa de Manejo Agroambiental em Microbacias do Rio Jiquiriçá, iniciativa que conjuga o plantio de árvores frutíferas às margens do rio com o desenvolvimento de atividades capazes de gerar renda para a população local.

O programa conta com apoio financeiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente, cujos primeiros recursos foram empregados em seminários de conscientização da população em relação à importância de se preservar a mata ciliar, a questão da água, dos agrotóxicos e do desmatamento.

Além disso, foram mapeadas todas as propriedades rurais situadas às margens do rio em um trecho de 15 km. Os agricultores que ali produzem passaram a receber mudas de árvores nativas e frutíferas, além de acompanhamento técnico, como forma de incentivar a fruticultura como atividade de geração de renda.

À medida que o trabalho de preservação junto ao rio e recomposição das matas ciliares avançavam, o programa permitiu a implantação de cinco apiários, além da realização paralela de cursos de treinamento e capacitação dos produtores de mel, cuja produção era embalada e rotulada para a comercialização. Como contrapartida, cada família beneficiada dedicaria um dia de trabalho por semana para o plantio das matas ciliares. O programa ainda construiu um pequeno engenho para a produção de rapadura e melaço de cana, uma nova fonte de renda para os pequenos produtores. O fortalecimento das associações permitiu a criação de uma nova associação, responsável pela continuidade das atividades e pela comercialização da produção: a Associação de Agricultura Familiar e Apicultura.

11. Experiência: Biblioteca Itinerante, Monsenhor Gil (PI)

Instituições: Secretaria Municipal de Educação e Ministério da Educação

Resumo: a precariedade das condições das escolas municipais de Monsenhor Gil, Piauí, era um problema que se arrastava há muito tempo. Uma estrutura de taipa que servia de abrigo para bodes durante a noite podia ser considerado um triste, porém fiel retrato da realidade das escolas desse município.

Com a criação, pelo governo federal, do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), em 1996, a realidade do interior piauiense começou a mudar. O salário médio dos professores passou de R\$ 60 para R\$ 400, professores estes que também passaram por atividades de treinamento e reciclagem, já que muitos não tinham a formação mínima para exercer o magistério.

Mas foi para as escolas mais carentes, que sequer possuíam água encanada, livros ou quaisquer outros recursos pedagógicos que a Secretaria Municipal de Educação desenvolveu o Programa Biblioteca Itinerante. O objetivo maior do programa é estimular professores e alunos a compreenderem a importância da arte e da cultura local como instrumento da promoção da cidadania. Para isso, um grupo de 5 professoras visita mensalmente as escolas que se encontram sob estas condições no município, trazendo consigo livros, música, teatro e atividades com a informática, envolvendo mais de 1.200 alunos e 80 professores, em um total de nove escolas.

O impacto do programa se estende à vizinhança e à comunidade que cercam a escola. Após a implementação do Programa Biblioteca Itinerante, foi notável o aumento do movimento na biblioteca pública municipal e do interesse dos moradores pelos eventos culturais promovidos pela Prefeitura.

12. Experiência: Programa de Saúde Ambiental, Recife (PE)

Instituições: Secretaria Municipal de Saúde de Recife e Ministério da Saúde

Resumo: a cidade de Recife é recortada por inúmeras ilhas e canais, a maioria em condições avançadas de degradação, o que trouxe sérios problemas de saúde pública para o município. Além das freqüentes ininterrupções no fornecimento e da má qualidade de água disponibilizada à população, a capital pernambucana apresenta os mais altos índices de determinadas doenças no país, como a cólera, elefantíase e dengue. Diante deste quadro, a Prefeitura direcionou suas políticas de saúde pública em ações preventivas e criou o Programa de Saúde Ambiental (PSA), cujo principal objetivo era implementar um projeto com foco no meio ambiente, identificando e eliminando riscos. O programa se apóia no trabalho de mais de 900 profissionais, divididos em tarefas de coordenação, planejamento e execução dos esforços do PSA.

A maior parte do trabalho desenvolvido está concentrada nos bairros que foram previamente classificados pela Prefeitura de alto, médio ou baixo risco. Os agentes visitam espaços públicos e identificam problemas ambientais que trazem riscos à saúde da população, e quando não conseguem resolvê-los, podem contar com o apoio de 111 agentes operacionais e 72 supervisores.

O agente representa um papel fundamental para o programa, já que, muitas vezes, é o único contato com que moradores das regiões mais carentes têm com um representante público. O orçamento anual do Programa era, em 2001, de R\$ 7,3 milhões, sendo 42% de recursos da própria Prefeitura Municipal e o restante, do governo federal.

Além dos importantes resultados atingidos no tocante à diminuição do número de casos de doenças relacionadas às questões ambientais, o início de uma nova era de articulação entre diferentes esferas de governo e também entre as próprias Secretarias Municipais também pode ser destacado como grande benefício trazido à capital pernambucana, que hoje conta com uma política preventiva de saúde pública ampla e de alcance universal.

Continuidade:

Esta é uma das experiências em que a relação entre o município e a União mais se estreitaram, pois tanto a coordenação quanto o financiamento e a definição das metas a serem atingidas são compartilhadas pelas duas esferas de governo (Secretaria de Saúde do Recife e do Ministério da Saúde, sendo que este ainda ficou a cargo do fornecimento de insumos).

Ciclo de Premiação 2004

13. Experiência: Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura, Mossoró (RN)

Instituições: Prefeitura Municipal de Mossoró e Ministério da Agricultura

Resumo: a cidade de Mossoró apresenta indicadores econômicos relativamente avançados se comparados à média dos municípios do seu porte e situados no interior do Nordeste. Entretanto, as condições sociais em que vivem seus moradores ainda deixam a desejar.

A caprinocultura é uma atividade econômica tradicional na região. Mas devido à alta resistência física dos bodes e cabras, sua criação costuma se dar de forma rudimentar, resultando em uma cultura de baixo valor agregado. A fim de alterar essa realidade, a Prefeitura Municipal criou, em 1997, o Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura (Procap), cujas medidas visavam organizar a cadeia produtiva de caprinos e ovinos e a sua comercialização.

Para isso, o programa capacitou e estimulou os pequenos produtores a atuarem de forma associativa, facilitando-lhes o acesso a financiamentos. Além disso, o Procap também age no lado da demanda, através de estratégias de promoção comercial e cultural da caprinovinocultura.

As atividades ligadas à demanda e à comercialização contam com o apoio de instituições como o Banco do Brasil e do Banco do Nordeste e do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério da Agricultura, através de linhas de crédito e financiamentos. Além disso, todos os Ministérios que contam com programas de capacitação e melhoria técnica da cadeia produtiva também contribuem financeiramente com o Procap, sendo que, nos últimos anos, o montante de recursos investidos pela Prefeitura foi praticamente o mesmo do alocado por estes parceiros.

Um dos resultados mais importantes do Programa tem sido a paulatina retirada de intermediários e da Prefeitura Municipal nos diversos pontos da cadeia produtiva. Com isso, o Procap retirou as muletas do pequeno produtor, fomentando o desenvolvimento desta importante atividade econômica na região.

Continuidade:

Trata-se de um programa em que o governo municipal aparece, atualmente, como principal ator na gestão, pois participa tanto da coordenação, do estabelecimento das atividades e do financiamento (este último, em parceria com o Pronaf e outras instituições).

Segundo o próprio representante do programa, a ação intergovernamental foi de importância *sine qua non* para o sucesso alcançado: “o grande êxito do programa só é atingido em função da atividade de todos os parceiros indistintamente. Cada parceiro dentro da sua atribuição agindo de forma integrada e sistêmica busca contribuir com o desempenho do programa. Essa ação conjunta é multiplicadora dos recursos (financeiros, físicos, humanos) faz com que o programa atinja os melhores resultados”.

14. Experiência: Município Digital, Pirai (RJ)

Instituições: Prefeitura Municipal de Pirai e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Resumo: uma das principais promessas da gestão que assumiu, em 1996, a Prefeitura Municipal de Pirai (RJ) era a de democratizar o acesso aos meios de informatização e comunicação a fim de estimular novas possibilidades de desenvolvimento econômico e social.

De posse do Plano Diretor de Informática, elaborado pela Universidade de Brasília (UnB), a Prefeitura entrou com um pedido de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para implementar o Programa Pirai Município Digital, que previa a implantação de um sistema de transmissão de dados sem fio, com foco na área educacional.

Diante da recusa por parte do banco estatal, a Prefeitura estabeleceu um convênio com a Universidade Federal Fluminense (UFF) para junto das escolas, laboratórios e bibliotecas desenvolverem um projeto para a rede municipal de educação, interligando-os em uma rede digital de dados. O BNDES, então, autorizou o aporte de recursos que foram utilizados para interligar não apenas as Secretarias municipais, mas também as escolas e os terminais públicos.

O programa passou a receber então o apoio de diversas instituições, principalmente universidades e empresas, estas que, ao se instalarem no município, eram convidadas a estender seus esforços de infra-estrutura aos locais públicos de sua vizinhança.

Com objetivo de sensibilizar toda a comunidade da importância do projeto, a Prefeitura criou o Conselho da Cidade, cuja principal função era de acompanhar a execução do Plano Diretor da Cidade Digital. Além de todos os benefícios tecnológicos que os moradores de Pirai ganharam com a implementação do programa, o aumento da participação popular no acompanhamento das políticas públicas pode ser considerado outra grande conquista.

Continuidade:

O programa Pirai Município Digital reserva a peculiaridade de que toda a sua gestão manteve-se a cargo da prefeitura municipal em suas varias secretarias envolvidas. O governo federal participa apenas com o aporte de recursos, principalmente do Ministério das Comunicações.

Mapa atual das parcerias:

Parceiro	Contribuição
BNDES	O projeto teve inicio com recursos do PMAT (Programa de Modernização e administração Tributária).
Ministério de Ciência e Tecnologia	Recurso para financiamento dos equipamentos de Laboratórios nas escolas
Ministério de Ciência e Tecnologia	Recurso para expansão da Rede, sistema de Videoconferência, Desenvolvimento de Conteúdos nas áreas de Educação e Saúde.
Ministério de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior	Equipamentos para Telecentro em Santanésia
CNPQ	Financiamento de Desenvolvimento de Conteúdos

15. Experiência: Programa de Geração de Trabalho e Renda, Chapecó (SC)

Instituições: Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Chapecó e Banco do Povo

Resumo: apesar de estar localizada em uma região que apresenta os melhores indicadores sociais do país, o município de Chapecó (extremo-oeste de Santa Catarina) criou o Programa de Geração de Trabalho e Renda para retirar da pobreza as famílias que se encontravam nesta situação, dando-lhes condições de iniciar empreendimentos.

Além da incapacidade de auferir renda por meios próprios, as famílias eram caracterizadas por sua baixa qualificação profissional, péssimas condições de habitação e até carência nutricional. Diante deste quadro, o programa oferece cursos de capacitação em autogestão, cooperativismo e economia solidária, além de realizar pesquisas para se descobrir a vocação de cada empreendedor.

Após a realização dos cursos, são formados grupos de até quinze pessoas que contam com o financiamento do Banco do Povo (ou de outros fundos federais, a depender do tipo de empreendimento), através do microcrédito, utilizado como capital de giro e aquisição de materiais.

Para viabilizar a comercialização dos produtos fabricados pelas diferentes oficinas (hortas, panificação, marcenaria, cabeleireiro, entre outras), a Prefeitura Municipal disponibiliza pontos de vendas pela cidade, como um *box* no “camelódromo” para os artigos de artesanato e um outro espaço no mercado municipal para os produtos das hortas comunitárias.

Com a criação do programa, a Secretaria de Assistência Social cumpre um dos seus principais objetivos, que é o de retirar as famílias que se encontram em situação de pobreza desta condição. Para isso, é fundamental o papel desempenhado pelas agências de financiamento federais, como o Banco do Brasil (através do Banco do Povo), pois o aporte de recursos inicial é condição chave para o impulso inicial de empreendimentos sociais desta natureza.

Continuidade:

O programa passou a ser gerido, coordenado e executado pela Fundação de Ação Social de Chapecó – FASC, ligada à prefeitura municipal. O financiamento, contudo, ainda depende da parceria com o governo federal, através do Ministério de Trabalho e Emprego que aportou recursos para a construção e equipamentos do projeto.

Ciclo de Premiação 2005

16. Experiência: Plano Municipal Integrado de Segurança Pública, São Carlos (SP)

Instituições: Secretaria Municipal de Governo de São Carlos e Ministério da Justiça

Resumo: a violência urbana e a sensação de impunidade são realidade não apenas nas grandes cidades, mas também em municípios de médio e pequeno porte, como no caso de São Carlos, no interior de São Paulo.

Diante deste quadro, que aparecia como uma das prioridades da população local, a Prefeitura Municipal, em parceria com o Ministério da Justiça e as Polícias Militar e Civil elaborou o Plano Municipal Integrado de Segurança Pública, com objetivo de otimizar todo o sistema de segurança do município. O plano está baseado no conceito de segurança cidadã, segundo a qual o combate à criminalidade deve ir além da repressão policial, agindo também e principalmente, sobre as suas causas. O plano previa uma série de medidas, tais como:

Criação da Guarda Municipal, mediante convênio com o Ministério da Justiça, que disponibilizou os recursos financeiros; *criação do Fundo Municipal de Segurança Pública*, que garantiria o repasse de verba para aparelhar todos os órgãos que exercem papel fundamental na segurança do município;

Criação do Cadastro Único, que identifica as famílias em situação de pobreza (com renda per capita de até meio salário mínimo), permitindo, assim, a construção de uma rede de proteção social mais eficaz às famílias encontradas em situação de risco social, além de se funcionar como um importante instrumento de avaliação das políticas públicas;

Criação do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), órgão responsável pelo atendimento ao jovem que cometeu crimes menos danosos e que tem por finalidade encaminhar ao juiz da infância uma avaliação psicossocial alternativa de modo a auxiliá-lo na aplicação da medida contra o menor;

Implementação do Programa Reluz, que visa substituir 99% das lâmpadas por outras de melhor poder de iluminação; e *Criação do Conselho Municipal de Segurança Pública*, responsável pela otimização na relação entre os diferentes níveis de governo e seus agentes de segurança pública.

Os resultados colhidos por esta parceria são percebidos não apenas pela população, mas também pelas estatísticas, como, por exemplo, o índice de reincidência criminal: em

São Carlos é de 2,7%, contra uma média estadual de 33%. Como consequência das medidas adotadas pelo Plano, São Carlos apresenta hoje o sétimo menor índice de criminalidade entre as cidades com mais de cem mil habitantes no estado de São Paulo.

17. Experiência: Projeto Oficina Escola para Reestruturação de Bens Imóveis Históricos, Recife (PE)

Instituições: Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Recife e Ministério do Trabalho e Emprego

Resumo: os altos índices de desemprego nos grandes centros urbanos do país desafiam o poder público de todos os níveis. Outro importante problema enfrentado pela Prefeitura Municipal do Recife, a degradação do patrimônio histórico e cultural da cidade fomentou a criação do Projeto Oficina Escola para Reestruturação de Bens Imóveis Históricos, que além revitalizar alguns espaços públicos degradados, tornou-se a oportunidade de emprego para vários jovens de 18 a 24 anos de comunidades pobres. Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, através do Plano Territorial de Qualificação, foi elaborado o projeto Oficina Escola, que seria executado pelo Centro de Trabalho e Cultura (CTC), reconhecido por sua metodologia inovadora segundo a qual o aluno “apreende” e não apenas “aprende” os conceitos transmitidos nos cursos de restauro.

A coordenação geral projeto fica a cargo da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Recife, mas a maior parte dos custos totais para o ano de 2005 (R\$ 366 mil) seria disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, contingenciada pelo governo federal. Recorreu-se, então, à Fundação Banco do Brasil, que liberou os recursos.

O Projeto estabeleceu também uma ponte com a Secretaria Municipal de Educação, com o intuito agregá-lo ao Programa Pró-Jovem, do governo federal, sob a guarda do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Com isso, os jovens passariam a receber uma bolsa mensal de R\$ 100, além dos cursos de qualificação.

Mais do que ter seu patrimônio histórico e cultural restaurado, o Recife colheu importantes ganhos sociais. Trinta e quatro dos jovens que integravam o projeto foram inseridos no mercado de trabalho local, segundo responsáveis pelos cursos. Além da renda auferida – um incremento financeiro de importância vital para a maioria dos jovens – o resgate da auto-estima pode abrir novas possibilidades de superar a situação de pobreza em que se encontram.

Continuidade:

A coordenação do programa passou integralmente à responsabilidade do Centro de Trabalho e Cultura – CTC, mas assim como no caso do Programa Piraí Digital, o financiamento ainda depende exclusivamente do governo federal, através Ministério do trabalho e Emprego.

Conclusões

A partir do estudo realizado, pode-se perceber que a relação entre diferentes esferas de governo é condição quase que *sine qua non* para que determinados serviços públicos sejam prestados de maneira mais eficaz e efetiva à população.

Isso ocorre pois a realidade da gestão pública mostra que governos locais agem de maneira mais, já que estão mais próximos da realidade da população, como visto nas dezessete experiências do Programa Gestão Pública e Cidadania que foram estudadas. Os governos subnacionais gozam de maior liberdade de ação – tanto política, quanto orçamentária – nas políticas de educação, dadas os preceitos constitucionais que regem esta matéria.

Por outro lado, a parceria do governo federal em programas de âmbito local se provou essencial não apenas em termos de financiamento dos projetos, mas também pela gestão conjunta que a participação da União proporciona a determinados programas. Os programas ligados à área de saúde são os que sofrem maior influência das medidas adotadas pelo governo federal.

A análise das experiências premiadas pelo Programa Gestão Pública e Cidadania evidenciou alguns dos fatores de sucesso que as diferenciaram. Além do capital político e gestores públicos competentes, a articulação com o governo federal se mostrou indispensável na maioria delas.

Além dos aspectos técnico-burocráticos da gestão de grandes programas sociais, o estudo dos três programas federais permitiu maior proximidade com a necessidade de amparo do poder público de parcela considerável da população brasileira, muitas vezes desconhecida nos centros urbanos mais desenvolvidos.

Diante das considerações acima apresentadas, este trabalho é concluído com a ressalva do quão recompensador foi trabalhar com esta área do conhecimento acadêmico durante estes doze meses, tanto do ponto de vista dos conteúdos estudados quanto das metodologias utilizadas. O apoio incondicional da orientadora mostrou-se essencial para a condução do trabalho.

Bibliografia

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. *Ciclo de Premiação 1996*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1997.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. *Ciclo de Premiação 1997*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. *Ciclo de Premiação 1998*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1999.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. *Ciclo de Premiação 1999*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2000.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. *Ciclo de Premiação 2000*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2001.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. *Ciclo de Premiação 2001*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2002.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. *Ciclo de Premiação 2002*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. *Ciclo de Premiação 2003*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2004.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. *Ciclo de Premiação 2004*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2005.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. *Ciclo de Premiação 2005*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2006.

ARRETCHE, M. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma dos programas sociais. *Dados*, v.45, n.3, p.431 – 57, 2002.

ARRETCHE, M.. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, n. 18(2), p. 17 – 26, 2004.

MELO, M. A. Sucesso inesperado das reformas de segunda geração. *Dados*, v.48, n.4, p.845 - 889, 2005.

Programa pela Erradicação do Trabalho Infantil. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/ascom/peti/peti.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

Programa Nacional de Agricultura Familiar. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: 19 jul. 2007.

Programa Saúde da Família. Disponível em:

<<http://dtr2004.saude.gov.br/dab/atencaobasica.php>>. Acesso em 22 jul. 2007.